

## FORMAÇÃO CONTINUADA: CONTRIBUIÇÕES E ENTRAVES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS DA REDE MUNICIPAL DE PORTO VELHO-RO

*Continuing education: contributions and obstacles to the pedagogical practice of literacy teachers in the municipal network of Porto Velho-RO*

**Educación continua: contribuciones y obstáculos a la práctica pedagógica de las profesoras de alfabetización en la red municipal de Porto Velho-RO**

Luzia de Maria Cunha 

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel 

### RESUMO

Este artigo apresenta a análise da formação continuada e seus reflexos na prática docente, na percepção das professoras alfabetizadoras de escolas municipais em Porto Velho-RO. A discussão teórica trata da formação continuada e do desenvolvimento profissional. A pesquisa, de abordagem qualitativa, associou levantamento bibliográfico e aplicação de questionários com professoras alfabetizadoras, seguido da seleção de três sujeitos para entrevistas em profundidade. Constatou-se que as professoras alfabetizadoras utilizam saberes próprios e atividades diversificadas para alcançar determinados resultados no processo de ensino-aprendizagem, mesmo havendo processos institucionalizados de formação continuada ofertada pela rede municipal de Porto Velho.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Alfabetização. Saberes docentes. Processo ensino-aprendizagem.

## ABSTRACT

*This article presents an analysis of continuing education and its impacts on teaching practice, based on the perceptions of literacy teachers in municipal schools in Porto Velho, RO. The theoretical discussion addresses continuing education and professional development. The research, with a qualitative approach, combined a bibliographic survey with the application of questionnaires to literacy teachers, followed by the selection of three participants for in-depth interviews. It was found that literacy teachers use their own knowledge and diverse activities to achieve specific results in the teaching-learning process, even with the existence of institutionalized continuing education programs offered by the municipal school system of Porto Velho.*

**Keywords:** Continuing education. Literacy. Teacher knowledge. Teaching-learning process.

## RESUMEN

*Este artículo presenta el análisis de la educación continua y sus reflexiones sobre la práctica docente, en la percepción de los profesores de alfabetización en escuelas municipales de Porto Velho-RO. La discusión teórica trata sobre la formación continua y el desarrollo profesional. La investigación, con un enfoque cualitativo, asoció una encuesta bibliográfica y la aplicación de cuestionarios con profesores de alfabetización, seguida de la selección de tres sujetos para entrevistas en profundidad. Se descubrió que los docentes de alfabetización utilizan sus propios conocimientos y actividades diversificadas para lograr ciertos resultados en el proceso de enseñanza-aprendizaje, aunque existe un proceso institucionalizado de educación continua ofrecido por la red municipal de Porto Velho.*

**Palabras clave:** Formación continua. Alfabetización. Enseñar conocimientos. Proceso de enseñanza-aprendizaje.

---

## Introdução

Em face das novas demandas do sistema educacional e do mundo do trabalho, exigem-se responsabilidades e compromissos por parte dos profissionais da educação. É preciso que o professor esteja sintonizado com o tempo para que realize um trabalho qualificado, construindo uma disciplina pessoal que o ajude a se desenvolver, operacionalizando suas habilidades no convívio diário, dispondo de tempo para estudar permanentemente e cuidar da sua competência profissional. Para isso, fazem-se necessários processos institucionalizados pelos órgãos

estatais de formação continuada.

No percurso histórico da educação brasileira, as definições e os fazeres pedagógicos relacionados à alfabetização e ao letramento passaram por várias transformações e por isso acredita-se que esse fato seja decorrente dos díspares contextos socioeconômicos, políticos e culturais precursores do processo de escolarização no Brasil.

Soares (2017, p. 331) conceitua alfabetização como “[...] um conjunto de procedimentos que, fundamentados em teorias e princípios, orientam a aprendizagem inicial da leitura e da escrita”. Sobre sua serventia, expressa: “[...] orientar o sujeito por meio de procedimentos que, fundamentados em teorias e princípios, estimulem e orientem as operações cognitivas e linguísticas que progressivamente conduzam a uma aprendizagem bem-sucedida de leitura e escrita” (Soares, 2017, p. 331).

Para que esse processo de alfabetização aconteça prosperamente, a psicomotricidade também desempenha um papel fundamental, pois está relacionada ao processo de desenvolvimento em que o corpo é a origem das aquisições intelectivas, afetivas e orgânicas.

Considerando as premissas do processo de ensino-aprendizagem, elencam-se como pilares três conhecimentos básicos: o afeto, o movimento e o intelecto. Para tanto, é primordial que na alfabetização o estudante se desenvolva integralmente em níveis de linguagem, de cognição e de afetividade por meio de suas próprias vivências, da manipulação adequada e constante dos materiais ao seu redor e das oportunidades de descobrir-se.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que a alfabetização dos alunos deverá ocorrer até o segundo ano do ensino fundamental com o propósito de assegurar o direito fundamental de aprendizagem da leitura e da escrita. Trata-se de uma antecipação do que especialistas defenderam ao longo de décadas, valorizando um ciclo mais amplo de três anos. Ainda assim, nesta fase o papel do professor é de mediador e suas práticas pedagógicas devem ser voltadas à aprendizagem da leitura e da escrita (Brasil, 2018).

Para que haja bons professores, Imbernón (2010) destaca que a formação

continuada necessita estimular o desenvolvimento profissional, institucional e pessoal dos ensinantes, fortalecendo um trabalho colaborativo para aperfeiçoamento e transformação da prática docente. O autor analisa que essa formação aconteça em redes que permitam uma comunicação entre seus pares, voltadas para a análise e reflexão das situações problemáticas cotidianas vivenciadas pelos docentes.

Em razão da relevância de discutir a alfabetização tanto na fase primária até a adulta, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as contribuições e os problemas da formação continuada na prática docente das professoras alfabetizadoras da rede municipal em Porto Velho-RO. Os objetivos específicos foram compreender como os docentes participam de formações continuadas e como ocorre trocas entre pares para aprimoramento do processo de alfabetização; explicar o processo ensino aprendizagem das crianças que estão sendo alfabetizadas; e identificar as oportunidades de atuação e entraves para a formação de alfabetizadores na rede municipal de educação de Porto Velho - Rondônia.

A pesquisa justifica-se pela importância de práticas de formação continuada para as redes públicas, em especial acerca da alfabetização, uma vez que o país vem assumindo na legislação compromissos mais diretos com a garantia desse direito, como por exemplo, nos planos de educação da União, estados e municípios.

A pesquisa foi de cunho qualitativo, a partir de questionários e entrevistas semiestruturadas. Foi utilizado a ferramenta *Google Forms* junto às professoras alfabetizadoras das escolas da rede municipal, configuradas como sujeitos do estudo. Ao todo, foram aplicados 28 questionários, sendo todos respondidos. A quantidade de questionários entregue em cada escola foi referente ao número de professores que atuam em turmas descritas neste estudo: 1º ao 3º ano. Já as entrevistas foram individuais, realizadas *in loco* com três professoras alfabetizadoras da rede municipal de Porto Velho-RO, sendo selecionadas do grupo que respondeu aos questionários.

A questão identificada sobre a contribuição da formação continuada para a prática pedagógica dos professores das escolas lócus da pesquisa contou, ainda, com o levantamento e análise da literatura acadêmica relacionada à área, além de

documentação relevante aos propósitos de estudo, como embasamento teórico necessário à prática metodológica adotada, como obras e legislação.

Moreira e Caleffe (2008, p. 73), indicam que a metodologia “explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente”. Isso possibilitou atender os objetivos da pesquisa em curso e saber quais são as ações de formação continuada estabelecidas para os docentes da escola pública municipal sob a análise e como essas ações influenciam na melhoria da prática pedagógica desenvolvida, foram realizadas a análise e interpretação de dados pautadas na aplicação de questionário e entrevista.

Em 2025, os dados oficiais no aspecto educacional no município de Porto Velho (Porto Velho, 2025) constam as seguintes informações: 1.561 professores do 1º ao 5º ano, 27.874 matrículas de crianças dos anos iniciais, com 106 escolas de educação básica pública, sendo 53 escolas urbanas e 53 escolas rurais. Desde 2021, as professoras alfabetizadoras participam da formação continuada - Alfabetiza Porto Velho, Programa que visa fomentar o aprendizado das crianças na idade certa nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

O Programa de Avaliação da Alfabetização - Proalfa é aplicado em escolas públicas estaduais e municipais. Tais resultados orientam a formulação de políticas públicas e estratégias pedagógicas para melhorar as condições da educação. Esta iniciativa visa assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 7 anos de idade.

Estes dois programas de formação continuada são executados cada dois meses, seguindo um calendário anual, com formações projetadas baseadas nos resultados das avaliações internas e externas, bem como, nos dados acompanhados/monitorados no Programa de Alfabetização. Ressaltamos que todas as professoras alfabetizadoras atuantes no primeiro ciclo (1º ao 3º ano) participam desses estudos. O número atual de participantes alcançados com essas formações continuadas é de 1.394.

O contexto da pesquisa é o município de Porto Velho, onde é determinado que os professores concursados (estatutários) ou contratados em caráter emergencial atuem nas duas modalidades: em Educação Infantil e Ensino

Fundamental (1º ao 5º ano), dependendo da demanda educacional municipal.

## **Referencial Teórico**

É natural que no trabalho com crianças, em sala de alfabetização, as professoras alfabetizadoras tenham como principal função ensinar a leitura e a escrita. Sabe-se que a leitura e escrita inserem-se no contexto social das crianças desde o seu nascimento, pois elas interagem com seus familiares e com outras pessoas no meio em que vivem, tanto oralmente como por meio da escrita.

Ao chegar no Ensino Fundamental, tanto a oralidade quanto a escrita das crianças são estimuladas ao expor textos orais e escritos aos quais ela não teve acesso e que ampliam suas habilidades intelectuais e linguísticas. Soares (2004, p. 54) afirma:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização –, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a linguagem escrita – o letramento.

Para a autora, esses processos são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema grafema, isto é, em dependência da alfabetização (Soares, 2004, p. 54).

O processo de alfabetização é uma etapa indispensável à formação intelectual e social das crianças, pois esta aprendizagem oportuniza a aquisição do conhecimento da leitura e da escrita, entendendo a linguagem como prática social. Considerado por Soares (2017) como um movimento muito complexo, a alfabetização exige diferentes formas de raciocínio, abrangendo abstração e memorização.

Quanto à formação, evidencia-se que toda professora alfabetizadora necessita manter seus saberes atualizados. Na visão de Perrenoud (2000, p. 158),

a formação continuada requer por parte dos educadores uma renovação, um acréscimo de competências adquiridas na formação inicial e, às vezes, novas competências que aperfeiçoem o trabalho didático desenvolvido em sala de aula.

No Brasil, o processo de formação continuada delinea-se pela ideia de que o professor continue refletindo sobre sua prática, contribuindo para os avanços da educação e, nessa busca, muitos descobrem que, para melhorar seu trabalho e sua postura como profissional, não são necessários grandes acontecimentos, mas atitudes simples e diárias reorganizadas desde a teoria até o cotidiano.

O conceito de formação continuada de professores foi institucionalizado no Brasil em 1996, com a implementação da Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996). Esse dispositivo legal dá aos professores o direito de ampliar a sua atuação a partir de cursos de atualização, desde a pré-escola até o ensino superior. Segundo consta na base legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Art. 62 - A, “a formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico (nível médio ou superior) incluindo habilitações tecnológicas (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)” (Brasil, 1996).

Aprender novas habilidades não é novidade na vida do docente, isso faz parte da busca por entregar um ensino de qualidade e garantir o aprendizado dos alunos. Ela acontece por meio de cursos de formação, capacitações, oficinas, programas de qualificação profissional, entre outras abordagens, oferecidas por instituições privadas e públicas para profissionais que atuam em todos os segmentos da educação. A prática docente é composta por saberes que se dimensionam o *status* de prática erudita, a qual é articulada com diversos e diferentes saberes, que se ramificam como sociais, escolares, disciplinares e curriculares (Tardif, 2014, p.39)

Tardif (2014) aduz que um dos objetivos da formação continuada para os professores é incluir metodologias inovadoras de ensino nas propostas pedagógicas e desenvolver conhecimentos que possam agregar no aprendizado dos alunos. Junto a isto, compreende-se que os saberes que alicerçam o ensino, tais como são vistos pelos docentes, não se limitam a conteúdos bem circunscritos que dependem de um conhecimento especializado.

É na formação continuada que se aprimoram os princípios democráticos e éticos de uma educação para todos e se consolidam os referenciais teórico-metodológicos que subsidiam um fazer docente coerente com esses princípios e favorecedores da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes. Nas sociedades atuais, em que há acesso ao conhecimento por meios tecnológicos, a escola assume com maior força seu papel de formadora de outras dimensões (Fairsten; Gyssels, 2005).

A formação continuada é um ponto essencial ao desenvolvimento de atitudes e práticas de sala de aula, permitindo aos profissionais compreendam os princípios orientadores e as abordagens de ensino favorecedoras dos processos de ensino-aprendizagem, com condições de trabalho inerentes a cada demanda proposta.

Até os anos 1980, três métodos diferentes e tradicionais de alfabetização predominavam guiando os professores no processo de ensino e aprendizagem das crianças nas escolas brasileiras. Estes procedimentos de ensino consistem apenas em decorar letras ou conectar sílabas, excluindo diversas capacidades dos aprendentes relacionadas à compreensão. São métodos sintético, analítico e misto, porém não iremos focar nossa atenção na descrição, mas mencionar a importância e desenvolvimento dos métodos ao longo da linha do tempo na educação brasileira.

No Brasil, evidencia-se que as escolas não usam um método único, ou mesmo adotam uma proposta purista. A proposta construtivista, os métodos tradicionais e a abordagem freireana figuram entre os principais caminhos para desenvolver a alfabetização. Em meio a inúmeras contribuições para a educação e para o processo de aquisição de conhecimento, o método elaborado por Paulo Freire (1996; 2005) é conhecido e bastante utilizado, exposto ao longo da vasta obra do autor, sendo aplicado sobretudo no processo de alfabetização de adultos, idealizado e utilizado por ele ao longo da sua trajetória como educador.

Já as teorias construtivistas surgem com fundamento nas pesquisas que envolveram a psicogênese da língua escrita, com estudos desenvolvidos por Ferreiro e Teberosky (1991). Essas estudiosas deslocam as discussões dos métodos de ensino até então utilizados para o processo de aprendizagem da criança. A partir daí, a ideia era não elaborar um novo método, mas promover uma espécie

de revolução conceitual, associada ao desenvolvimento cognitivo da criança. Essas ideias redimensionaram a graduação das dificuldades, “desmetodizou” o processo de alfabetização e questionou o uso de cartilhas.

Ferreiro e Teberosky (1991) aduzem que foram definidos cinco níveis de desenvolvimento da escrita a partir do momento em que o indivíduo compreende para que serve a escrita, ou seja, que ela tem uma utilidade. A escrita é uma representação gráfica com significados. Os cinco níveis de escrita segundo a psicogênese da língua escrita são os seguintes: nível pré-silábico, silábico, silábico-alfabético, alfabético e ortográfico.

Nesse contexto, Ferreiro e Teberosky (1991) realçam que

[...] A assimilação entre a concepção sobre a natureza do objeto a adquirir - alfabético - e as hipóteses acerca do processo tem levado a confundir métodos de ensino com processos de aprendizagem. Ainda mais, leva a dicotomizar a aprendizagem em dois momentos descontínuos: quando não se sabe, inicialmente, é necessário passar por uma etapa mecânica; quando já se sabe, se chega a compreender (momentos claramente representados pela sequência clássica “leitura mecânica, compreensiva”) (Ferreiro; Teberosky, 1991, p. 20)

Nessa esteira, as autoras, explicando as formas de aquisição, nos fazem perceber que existem situações valorativas, contextualizadas, de forma que as críticas sobre embaraços quanto à construção do conhecimento da criança, nem sempre se relaciona com a falta de planejamento do processo de ensino-aprendizagem.

Após as contribuições e questionamentos do construtivismo e do socioconstrutivismo, a era pós-moderna apresenta buscas por equilíbrio, pois os múltiplos desafios em dias atuais para os professores são os de conciliar a alfabetização e o letramento, para assegurar aos alunos a apropriação do sistema alfabético-ortográfico e a plena condição de uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita (Soares, 2004).

Se por um lado, as práticas sociais de leitura e escrita devem ter visibilidade pedagógica para que o acesso ao mundo da escrita em todas as dimensões seja real e mais democrático. Isso deve começar com os conteúdos visualizados no dia a dia,

como rótulos, jornais, placas, *outdoors* etc. (Soares, 2004).

Assim, será papel da escola direcionar e sistematizar a alfabetização, construindo a relação metalinguística entre aquilo que é lido e seu significado. No entanto, nota-se que esse processo dependerá de uma série de outros fatores e, assim, crianças podem estar prontas para ele em diversas fases.

No Brasil, a educação é assegurada pela Constituição Federal de 1988, que preceitua no Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

A própria Constituição foi regulamentada pela LDB. Sabe-se que a educação é um direito de todos e dever do Estado e que o sistema educacional brasileiro se iniciou com a pedagogia autoritária das ordens religiosas no período colonial, com significativas transformações, especialmente no século XX.

A política atual que ampara a alfabetização no Brasil é o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), iniciada em 12 de junho de 2023, pelo Decreto nº 11.556, evidenciando dois objetivos principais:

1. Garantir que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental (meta 5 do PNE).
2. Garantir a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização, de 100% das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º ano, tendo em vista o impacto da pandemia para esse público (Brasil, 2023, p. 7).

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é um programa integral no melhoramento do processo de alfabetização das crianças, pois beneficia as duas primeiras etapas da educação básica (Educação Infantil com crianças de 0 a 5 anos e Ensino Fundamental com crianças de 6 anos a 10 anos).

Na Educação Infantil o objetivo é desenvolver a oralidade, leitura e escrita já no Ensino Fundamental no 1º e 2º ano o propósito é alfabetizar as crianças na faixa etária prevista na BNCC, do 3º ao 5º do ano o CNCA tem como finalidade fortalecer o processo de alfabetização e alfabetizar os alunos que não obtiveram êxito no processo de aprendizagem até essa etapa de escolaridade.

São normas determinantes do CNCA a equidade educacional, levando em conta características socioeconômicas, regionais, étnico-raciais e de gênero, a parceria entre os entes federativos e o fortalecimento das formas de cooperação entre estados e municípios.

As metas deste programa são direcionar os interesses do MEC para alfabetizar na idade certa e reestruturar e a alfabetização nos anos iniciais através de: oferta de materiais didáticos complementares para alunos e de materiais pedagógicos para docentes; sistemas de avaliação da alfabetização; estratégias formativas e orientações curriculares, estratégias de apoio técnico e financeiro da União para melhorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas públicas; metas pactuadas de resultado de alfabetização com monitoramento e acompanhamento e organização de um regime de colaboração e corresponsabilização entre União, estados e municípios.

## **Análise dos dados e discussões**

Conforme as respostas das 28 professoras alfabetizadoras participantes da pesquisa, todas possuem graduação e especialização e nenhuma possui mestrado e nem doutorado. As professoras alfabetizadoras atuantes no Ensino Fundamental (anos iniciais) há 5 anos e há mais de 20 anos receberam formação continuada em serviço, o que lhes permite ter um olhar reflexivo sobre as dificuldades enfrentadas na prática em sala de aula.

Ao considerar a elaboração de saberes para a atuação, vejamos:

Não haveria espécie humana sem o trabalho, não há ser humano sem educação, mas ainda não foi construída uma solidariedade consciente, reflexiva e universal entre todos os seres humanos. Nessa situação, quando levantadas as questões do trabalho, da educação e das relações entre ambas, sempre se encontram, ao mesmo tempo, mas sob formas que variam conforme os tempos e os lugares, a questão da humanidade do ser humano e a da exploração de homens por outros homens (Charlot, 2021, p.89).

Quando foram analisados os dados desta pesquisa, observamos nas respostas dos questionários as contribuições da formação continuada são muitas, tais como ações para verificar as habilidades dos alunos e possibilitar o aprendizado

no processo educativo, como também aprimoramento da prática pedagógica para trabalhar com alfabetização.

Para as professoras alfabetizadoras, o aprofundamento no conhecimento teórico traz melhorias na leitura e na escrita, a capacitação e trocas de novas ideias influenciam no aperfeiçoamento da nossa prática em sala de aula. Isso implica em “desenvolvimento das habilidades de ensino-aprendizagem dos alunos, no aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, que permite ao professor estar em constante atualização, além de ampliar o campo de trabalho e as áreas de conhecimento, tal como sugere a teoria de Tardif (2014, p. 54), “a prática do ofício na escola e na sala de aula, a experiência dos pares, etc.”.

As contribuições da formação continuada sempre vão ajudar e são importantes ao exercício do magistério, pois induz à reflexão sobre a prática alfabetizadora, metodologias e recursos inovadores etc. A atualização profissional melhora o desempenho e o trabalho em sala de aula, a fim de modificar/facilitar o processo de aprendizado dos alunos e para todo o âmbito escolar.

Nesse sentido, Gatti (2008) destaca que as políticas públicas e as ações conduzem muitas reformas curriculares e variadas mudanças na formação dos docentes. Isso corresponde às transformações e às inovações contemporâneas, cujas mudanças se refletem diretamente na educação, na escola, na sala de aula, de maneira que a atualização profissional e acadêmica seja uma ação imperativa na formação do professor.

Para a Professora C, a formação continuada influencia no processo de ensino-aprendizagem. Segundo ela, “a falta de atenção, muitas vezes a falta de interesse e constantes brincadeiras têm dificultado bastante, por esse motivo o processo de alfabetização se torna mais lento”. Um dos maiores desafios para os professores em sala é prender a atenção dos alunos, porém, existe uma programação obrigatória que deve ser cumprida.

É necessário buscar a formação continuada e aplicá-la na prática, pois isso fará efeito durante o seu percurso profissional e depois será incluído em uma lógica de formação contextualizada (Roldão, 2017, p. 194). Sob essa ótica, vimos que podem ser reelaboradas e revistas políticas públicas de formação continuada em

nível de *strictu sensu*, pois embora a Secretaria de Educação de Porto Velho ofereça desde o ano de 2022 a pós-graduação em convênio com a Universidade Federal de Rondônia para os professores da rede municipal, não está sendo contemplada a grande parte dos docentes.

É por esse prisma que se observa que a percepção das professoras alfabetizadoras sobre a realidade da escola se constrói e recria com “as rodas de conversas e trocas de experiências pessoais e profissionais bastante significativas e as formações, uma vez que podem contribuir para a prática docente, como assinala” a Professora B (2024).

As participantes da pesquisa salientaram a importância que a formação continuada adquire na profissão docente, que se constitui como processo que se delinea com a socialização profissional, de construção contínua.

Sobre isso salienta Charlot (2013, p. 103)

[...] Existem tensões inerentes ao próprio ato de educar e ensinar. Quando são mal geridas, essas tensões viram contradições, sofridas pelos docentes e pelos alunos. Os modos como são geridas as tensões e as formas que tomam as contradições dependem da prática da professora e, também, da organização da escola, do funcionamento da Instituição escolar, do que a sociedade espera desta e lhe pede.

No que tange às dificuldades do fazer pedagógico, observamos que as professoras alfabetizadoras entrevistadas relataram que as dificuldades são: “estudantes que precisam desenvolver habilidades de leitura e escrita e que não têm apoio familiar, não possuem rotina de estudo em casa, faltam às aulas”. Quando isso acontece “os pais não comparecem às reuniões para tratar das questões e resolvê-las” (Professora C).

Ao comparar as concepções de Tardif (2014) com as respostas das professoras alfabetizadoras encontramos caminhos convergentes, como a construção de saberes. Nesse sentido, depreende-se que a linha de atuação das docentes corrobora com as discussões do autor.

A Professora C relata que “os saberes necessários são indispensáveis para a criança se apropriar da leitura e da escrita, comparar, seriar, classificar, fazer

inclusão de classe, fazer inclusão hierárquica, raciocínio lógico matemático e a reversibilidade” – isto é aplicar conteúdos e obter resultado das aprendizagens. A professora considera utilizar as ferramentas descritas por Tardif (2014), tais como programas, livros didáticos, cadernos de exercícios etc.

Em análise, a outra resposta da entrevista com a Professora B (2024), quanto aos saberes dos professores, verificamos que a prática é condizente com as considerações de Tardif (2014), bem assim, encaixa-se com os preceitos legais advindos das diretrizes curriculares da LDB. Ela assinala ainda que para exercer a função são essenciais diversos saberes. É importante conhecer métodos como o construtivista, o fônico, e práticas lúdicas para atender às diferentes necessidades das crianças. Saber planejar atividades diversificadas e alinhadas às etapas do desenvolvimento infantil. Identificar o nível de aprendizagem de cada aluno para adaptar as intervenções.

A Professora A afirma que o fazer pedagógico e a construção de saberes deram-se, inicialmente, em um ambiente quase desprovido de recursos humanos e materiais, em meio a dificuldades. Mas isso não interferiu em sua dedicação e vontade de ensinar. Ela assinala que a primeira experiência prática foi como estagiária em uma sala de alfabetização, e ali descobriu o quanto era desafiador e gratificante ajudar as crianças a darem seus primeiros passos no mundo da leitura e escrita.

A Professora A se preocupou em desenvolver as ações pedagógicas, pois em sua formação houve fatores que a deixaram segura para desempenhar as funções em sala de aula. Os obstáculos encontrados não interferiram nos resultados que busca em sua prática. A formação continuada permite a troca de experiências com outros profissionais, o que amplia a visão das professoras e as ajudam a encontrar soluções práticas para questões específicas. As professoras participantes do estudo assinalam que elas acreditam que a formação continuada traga atualizações para orientar saberes e desenvolver a atividade criadora dos alunos, atender necessidades diversas deles, promovendo um aprendizado significativo e eficaz.

## Considerações Finais

Esta pesquisa teve como escopo analisar a formação continuada e seus reflexos na prática docente, na percepção das professoras alfabetizadoras de escolas municipais em Porto Velho-RO.

Considerando que os objetivos delineados foram investigar como a formação continuada influencia as práticas das professoras alfabetizadoras e de que forma ocorre o processo de alfabetização nas escolas em que se desenvolveu o estudo. Constatamos que as professoras alfabetizadoras utilizam saberes e atividades diversificadas para alcançar determinados resultados no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, identificamos que existe formação continuada ofertada pela rede municipal de Porto Velho e a importância do fazer docente no 1º Ciclo da Educação Básica (1º ao 5º ano).

Pressupõe-se que a construção de um profissional capacitado para atender as provocações do ensino nos anos iniciais de escolarização na rede pública da rede municipal de Porto Velho-RO, em que os pontos múltiplos e variados estejam em pauta, tais como a formação continuada, a valorização profissional, o incentivo e o engajamento, devem passar pela convergência desses pontos que se autenticam, em busca do protagonismo docente.

As participantes da entrevista assinalaram que as orientações curriculares que integram os saberes fundamentais e o trabalho interdisciplinar nas diversas áreas do conhecimento devem contribuir com o desenvolvimento integral dos alunos, priorizando uma abordagem em que haja o compromisso da prática das normativas que preveem uma educação de qualidade, inclusiva e que valoriza o aprendizado.

Após analisar as concepções, os significados e as percepções sobre a formação continuada e o processo de alfabetização destacamos este recorte é atemporal e as inquietações científicas são inúmeras e diversas, ao discutirmos a formação continuada das professoras alfabetizadoras das séries iniciais do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Porto Velho-RO.

## **Referências**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc> Acesso em 25 de set. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – 2023**. Disponível em <https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/#!/pagina-inicial> Acesso em 25 de set. de 202

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. Cortez, São Paulo, 2013.

FAIRSTEIN, Gabriela Alejandra; GYSSELS, Sonia. **Como se ensina?** Rio de Janeiro: Loyola, São Paulo, 2005.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Anna. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GATTI, Bernadete. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 37, jan.-abr, 2008. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000100006>

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar – Convite à viagem**. Porto Alegre, Artmed, 2000.

PORTO VELHO. Secretaria Municipal de Porto Velho. **Formação Continuada e Censo**. Disponível em: <https://semed.portovelho.ro.gov.br/artigo/44902/> Acesso em 04 de abr. 2025.

ROLDÃO, Maria do Céu Neves. Formação de professores e desenvolvimento profissional. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 191-202, mai.- ago. 2017. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v22n2a3638>

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**: caminhos e descaminhos. Revista pálio, v. 29, p. 19-22. Cuiabá/MT, Brasil, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

---

Submissão em: 04 set. de 2025

Aceite em: 14 abr. de 2026

---

---

<sup>i</sup> **Luzia de Maria Cunha** – Prefeitura Municipal de Porto Velho - RO

Mestra em Educação pela Universidade Estácio de Sá - RJ (2025), graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (2000). Pós-graduada em Gestão Escolar (UNIR), Psicopedagogia (UNIRON), Tecnologia em Educação (PUC-Rio) e Docência na Educação Infantil (UNIR). Professora da rede estadual de Rondônia e da municipal de Porto Velho.

E-mail: [luziamc1999@gmail.com](mailto:luziamc1999@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6703-8157>

Curriculo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2088593781847794>

<sup>ii</sup> **Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Doutor em Educação pela Uerj-FFP e Doutor em Comunicação pela PUC-Rio. Professor Adjunto da Uerj-FEBF, professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Unesa e diretor de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão do Unifeso.

E-mail: [marcelomocarzel@gmail.com](mailto:marcelomocarzel@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2780-0054>

Curriculo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4368412805880296>